

# Relações econômicas China-América Latina no século XXI: uma análise sob a perspectiva do estruturalismo cepalino e da Teoria Marxista da Dependência<sup>1</sup>

Seiji Seron Miyakawa<sup>2</sup>

Roberto Alexandre Zanchetta Borghi<sup>3</sup>

**Resumo:** Argumenta-se que as relações econômicas que a China mantém com países latino-americanos são análogas a relações centro-periféricas, ensejando mais a reprodução e a perpetuação do que a mudança da atual inserção da América Latina na divisão internacional do trabalho. Para tanto, é feita uma análise do comércio bilateral China-América Latina e dos influxos de investimento direto chinês na América Latina no primeiro quartel do século XXI. Constata-se a existência de padrões distintos no comércio chinês com a América do Sul e com a América Central e Caribe e o significativo aumento dos investimentos diretos chineses na América Latina a partir de 2010, além da diversificação, ainda incipiente, dos setores de destino destes investimentos. Apesar desta diversificação, as relações China-América Latina ainda parecem se pautar predominantemente pelas necessidades de recursos naturais da China.

**Palavras-chave:** China; América Latina; concepção centro-periferia.

**Abstract:** It is argued that the economic relations that China maintains with Latin American countries are analogous to core-periphery relations, contributing more to the reproduction and perpetuation than to the alteration of Latin America's current insertion in the international division of labor. To this end, bilateral trade between China and Latin America and inflows of Chinese Foreign Direct Investment (FDI) to Latin America are analyzed. The existence of distinct patterns in China-South America and China-Central America and the Caribbean trade is observed, as well as the significant increase in Chinese FDI into Latin America since 2010 and the still incipient sectoral diversification of these investments. Despite this diversification, China-Latin America relations still seem to be predominantly shaped by Chinese demands of natural resources.

**Keywords:** China; Latin America; core-periphery conception.

O presente artigo versa a respeito das relações econômicas que a China mantém com países latino-americanos neste primeiro quartel do século XXI. As reformas econômicas implementadas pela China a partir de 1978, sob a liderança *de facto* de Deng Xiaoping, foram cruciais para a superação da crise internacional que acometeu o capitalismo na década de 1970. O deslocamento de boa parte da atividade manufatureira global para a China e para outras localidades da Ásia possibilitou a recuperação dos patamares de lucratividade carcomidos pela crise e criou uma relação “simbiótica” entre os *déficits* comerciais dos Estados Unidos da América (EUA) e os *superávits* da China e de

---

<sup>1</sup> O presente artigo é derivado de uma dissertação de mestrado realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

<sup>2</sup> Doutorando em Ciência Econômica – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). e-mail: seijism@outlook.com. ORCID: 0009-0006-4384-7668.

<sup>3</sup> Doutor em Estudos do Desenvolvimento (*Development Studies*) – Universidade de Cambridge. Docente do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-Unicamp). e-mail: razb@unicamp.br. ORCID: 0000-0001-5471-9705.

outras economias – sobretudo, economias asiáticas exportadoras de manufaturas – que aplicam tais *superávits* em títulos do Tesouro estadunidense (Corsi, dos Santos e Camargo, 2019; Hung, 2018, 2022; Li e Bernal-Meza, 2021; Mercatante, 2021).

Até 2008, o crescimento econômico mundial foi motorizado por esse arranjo, conhecido como “Chinamérica”, ou “Chimérica” (Hung, 2022; Mercatante, 2021). Naquele ano, o estouro da bolha imobiliária estadunidense deflagrou, contudo, uma crise financeira global, que exacerbou desequilíbrios estruturais pré-existentes no padrão de acumulação chinês. Por conseguinte, a China foi compelida a redobrar seus esforços para transitar a um novo padrão de acumulação, que seja mais puxado pelo consumo doméstico e pela inovação autóctone, e menos pelo investimento extensivo e pelas exportações manufatureiras baratas. Este processo de “rebalanceamento” da economia chinesa acarretou, ainda, um drástico aumento das exportações de capital do país, tanto na forma de investimento estrangeiro direto (IED) quanto de empréstimos. Desde 2013, boa parte desta exportação de capital tem sido efetuada sob a égide da *Belt and Road Initiative* (BRI), um massivo programa chinês de investimento em infraestrutura no exterior, voltado inicialmente para a Ásia, a Europa e o Leste e o Norte da África. Cf. Miyakawa (Cintra e Pinto, 2017; Corsi, dos Santos e Camargo, 2019; Hiratuka, 2018; Hung, 2018, 2022; Li e Bernal-Meza, 2021; Mercatante, 2021; Miyakawa, 2023).

Entre 2008 e 2023, os fluxos de IED emitidos pela China mais que duplicaram, de US\$ 55,9 bilhões para US\$ 147,8 bilhões, e o estoque de investimentos diretos da China no exterior aumentou quase 16 vezes, de US\$ 184 bilhões para US\$ 2,9 trilhões. Por conseguinte, a China se tornou a segunda maior fonte mundial de fluxos de IED e detentora do terceiro maior estoque de investimentos diretos no exterior (UNCTAD, 2024). Nas quase cinco décadas decorridas desde o início das reformas econômicas chinesas, o país se transformou: na segunda maior economia do mundo – assumindo a primeira locação se se mensura o produto interno bruto (PIB) em paridade de poder de compra (PPC) –; na maior produtora e exportadora de manufaturas; na principal parceira comercial de mais de 120 países; em um dos países que mais investe em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e deposita patentes; no segundo país que mais possui empresas dentre as 500 maiores do mundo, e na sede dos quatro maiores bancos comerciais e de 20 dos 100 maiores bancos comerciais do mundo; e também na maior fonte de empréstimos, superando até o Banco Mundial (BM) (Cintra e Pinto, 2017; Green, 2024; Jimenea, Wu e Terris, 2024; Li e Bernal-Meza, 2021; Lista..., 2025; Mercatante, 2021). Essa extraordinária transformação põe em questão a posição ocupada pela China na economia e no sistema interestatal mundial, bem como a natureza das relações que o país estabelece com outros países ditos “em desenvolvimento”.

Assim, o presente artigo visa contribuir para a dilucidação desta segunda questão, tomando a América Latina como objeto de um estudo de caso. Tal estudo embasa-se teoricamente na concepção

centro-periferia, cujos traços fundamentais foram delineados por Raúl Prebisch (1949, 1951), em alguns dos primeiros documentos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).<sup>4</sup> Os temas realçados por Prebisch e pelo estruturalismo cepalino, de modo mais geral, também foram contemplados, em chave crítica, pela Teoria Marxista da Dependência (TMD).<sup>5</sup> Tanto o estruturalismo cepalino quanto a TMD salientam – cada uma à sua maneira – que a difusão internacional desigual do progresso técnico resulta não em mero “atraso”, mas em uma estratificação da economia mundial, sob a qual o desenvolvimento do estrato inferior é condicionado pelo do estrato superior. As economias periféricas, situadas no estrato inferior, especializam-se no fornecimento de bens primários e bens de baixo valor agregado e pouco conteúdo tecnológico para as economias do centro, ou seja, do estrato superior, enquanto estas últimas especializam-se na exportação de manufaturas de elevado grau de sofisticação. Por conseguinte, parte do valor produzido na periferia é transferido para o centro por meio do comércio internacional, sendo a deterioração dos termos de troca – isto é, a queda dos preços unitários dos produtos exportados em relação aos dos produtos importados – uma forma fenomênica assumida por tal transferência (Carcanholo e Saludjian, 2013; Luce, 2018). Ademais, o processo de industrialização e de propagação intersetorial do progresso técnico dos países periféricos é moldado pelos impactos dessas transferências internacionais de valor sobre a configuração do mercado de trabalho, a distribuição interna da renda etc., que tornam heterogênea a estrutura produtiva de tais países.

Como explicam Carcanholo e Saludjian (2013), os condicionantes estruturais do desenvolvimento dependente-periférico são as transferências de valor provocadas pelo comércio internacional e pelos movimentos internacionais de capital, movimentos estes que ocasionam remessas de lucros e dividendos, pagamentos de juros e amortizações de empréstimos internacionais, assim como de *royalties* etc. Estes condicionantes estão no cerne da vulnerabilidade externa e das restrições externas ao crescimento das economias periféricas. No entanto, o grau de vulnerabilidade e de restrição varia conforme o cenário externo, ou seja, conforme o ritmo de crescimento da economia mundial e, conseqüentemente, da demanda mundial pelas exportações dos países periféricos, e conforme a disponibilidade e o custo – a taxa de juros – do crédito ou da liquidez internacional, ainda segundo Carcanholo e Saludjian (2013).

No presente artigo, argumenta-se que as relações econômicas China-América Latina são de natureza centro-periférica, ou análogas a relações centro-periféricas; e que o aumento dos investimentos diretos chineses na América Latina – em consonância com a expansão global das exportações de capital chinesas no pós-crise de 2008 – tem ensejado mais a reafirmação do que a

---

<sup>4</sup> A principal obra de referência a respeito do pensamento cepalino continua sendo a de Octavio Rodríguez (1981).

<sup>5</sup> As sínteses expositivas mais importantes da TMD são Marini (2012) e dos Santos (1970). Uma revisão mais completa da TMD encontra-se em Luce (2018).

mudança da inserção periférica desta região na divisão internacional do trabalho, a despeito da crescente diversificação setorial de tais investimentos nos últimos anos. A argumentação dispõe-se ao longo das três seções que sucedem a presente introdução.

Para fins de contextualização, a primeira seção faz uma breve discussão sobre as consequências da crise capitalista internacional da década de 1970 para os países latino-americanos, e também sobre o *boom* das *commodities* dos anos 2000. Já a segunda seção dedica-se a análise de dados do comércio China-América Latina, extraídos do do Atlas da Complexidade Econômica (*Atlas of Economic Complexity*) – elaborado pelo Laboratório do Crescimento (*Growth Lab*) da Universidade de Harvard –, enquanto a terceira seção analisa dados do relatório sobre IED chinês na América Latina publicado anualmente pela *Red Académica de América Latina y Caribe sobre China (Red ALC-China)*, no intuito de demonstrar como as relações econômicas China-América Latina têm agido sobre as tendências à especialização produtiva das economias latino-americanas postas pela inserção internacional destas economias no pós-crise dos anos 1970. A escolha das fontes dos dados é justificada nas respectivas seções. À terceira seção, seguem-se as considerações finais.

### **A inserção internacional da economia latino-americana na virada do século XX para o XXI e o *boom* das *commodities* dos anos 2000**

Conforme adiantado acima, a superação da crise capitalista internacional da década de 1970 envolveu, dentre outras medidas, o deslocamento de uma larga porção da atividade manufatureira global para a Ásia. Porém, a mesma reestruturação global do capital que transformou a Ásia em um importante polo da acumulação capitalista mundial foi também responsável pela interrupção dos processos de industrialização que transcorriam na América Latina, de maneira desigual, desde a década de 1930 – sobretudo, em países como Brasil, Argentina e México. Nestes processos, o Estado geralmente desempenhava um papel ativo na promoção da substituição de importações e da expansão do mercado interno (Corsi, dos Santos e Camargo, 2019).

Tais processos haviam sido beneficiados pelas características e condições da economia mundial no período em que se desenvolvera, dentre as quais, a abundante liquidez internacional e a consequente facilidade de acesso ao financiamento externo a partir das décadas de 1950 e, ainda mais, de 1970. Entretanto, este cenário externo benigno foi sustado pelo choque da taxa de juros estadunidense, em 1979, que comprometeu os esquemas de financiamento da industrialização latino-americana estabelecidos no pós-guerra, ocasionando, assim, a crise das dívidas externas. Os países da região foram, então, coagidos a abandonar suas estratégias desenvolvimentistas em prol de ajustes recessivos, visando o acúmulo de divisas para o pagamento das dívidas e a contenção dos efeitos inflacionários da crise. No tocante a este segundo objetivo, as políticas prescritas pelos EUA,

o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o capital financeiro internacional como um todo, sob o assim chamado “Consenso de Washington”, foram implementadas de modo ligeiramente diverso em cada país, embora tenham implicado, em muitos casos, a adoção de âncoras cambiais. Por conseguinte, o crescimento econômico foi restringido pela sobre-apreciação cambial e pela considerável elevação da taxa de juros, necessária para atrair fluxos de capitais do exterior para fechar o balanço de pagamentos e conservar a ancoragem cambial. Em que pese a estabilização monetária ter sido lograda, tais políticas resultaram também na deterioração da balança comercial e fiscal e no aumento do desemprego, da dívida pública e da vulnerabilidade externa, que se manifestou em crises como as do México, Brasil e Argentina, nos anos de 1994, 1999 e 2000, respectivamente (Carcanholo e Saludjian, 2013; Corsi, dos Santos e Camargo, 2019).

Além de reforçar a inserção internacional primário-exportadora da economia latino-americana, a reestruturação global do capital transformou a América Latina em um *locus* privilegiado de valorização especulativa, fictícia, do capital internacional, em razão da abertura financeira e das altas taxas de juros da região. Passadas as problemáticas décadas de 1980 e 1990, as restrições externas ao crescimento econômico latino-americano começaram a se flexibilizar, entre 2002 e 2003, em decorrência do *boom* das *commodities*, suscitado pelo crescimento econômico da China sob o esquema Chinamérica e pelos processos de industrialização e urbanização da China. Estes processos se aceleraram a partir dos anos 1990, motivando um primeiro movimento de internacionalização do capital chinês, que prosseguiu durante os anos do *boom*, sendo protagonizado por grandes empresas estatais chinesas dos ramos mineral e petrolífero, cuja internacionalização visou suprir a ciclópica demanda de recursos naturais criada por tais processos (Borghi, 2020; Carcanholo e Saludjian, 2013; Cintra e Pinto, 2017; Corsi, dos Santos e Camargo, 2019; Hiratuka, 2018; Medeiros e Cintra, 2015). A elevação dos preços das *commodities*, nos anos 2000, foi retroalimentada pela especulação e, em conjunto com a redução dos juros e a expansão creditícia nos EUA – que desembocariam na crise imobiliária de 2008 –, provocaram uma nova alta do ciclo de liquidez internacional, atraindo fluxos de capitais para a América Latina. Junto à melhoria dos termos de troca da região, estes influxos de capitais proporcionaram, então, um avolumamento das reservas internacionais dos países do subcontinente (Carcanholo e Saludjian, 2013; Corsi, dos Santos e Camargo, 2019).

De 2002 a 2007, o consumo chinês de minério de ferro cresceu de 22,3% para 43,9% do total mundial, e o preço desta *commodity* subiu 184,7%. Já o cobre encareceu 356%, e a participação chinesa na demanda mundial de cobre cresceu de 18,2% para 27,1%, nestes mesmos anos. Entre 2003 e 2011, os preços das *commodities* em geral elevaram-se em 230%; os das *commodities* energéticas, 310%, e os das minerais, 322% (Corsi, dos Santos e Camargo, 2019). A China passou, assim, a exercer

uma forte gravitação econômica sobre a América Latina<sup>6</sup> – mais especificamente, sobre a América do Sul, dado que a oferta de recursos naturais da América Central é pouco relevante. Ademais, a dinâmica econômica desta subregião latino-americana é mais atrelada aos EUA, sendo a principal economia centro-americana – o México<sup>7</sup> – conhecida por suas indústrias maquiladoras, que importam componentes e fazem somente a montagem dos produtos finais para exportação – via de regra, para os EUA –, carecendo de maiores encadeamentos com a própria estrutura produtiva doméstica (Borghi, 2020; Corsi, dos Santos e Camargo, 2019; Medeiros e Cintra, 2015).

Beneficiando-se da flexibilização das restrições externas, os governos progressistas aos quais o descontentamento com a reestruturação neoliberal deu lugar, após os anos 1990, puderam levar adiante políticas de expansão dos investimentos e do mercado interno via redistribuição de renda e elevação do gasto público. No entanto, tais governos não alteraram, no essencial, o modelo de câmbio apreciado e juros altos instaurado no transcurso das décadas de 1980 e 1990, nem promoveram transformações exitosas da estrutura produtiva no sentido de reverter a especialização exportadora em produtos primários e em manufaturas de baixo valor agregado e parco conteúdo tecnológico. Por conseguinte, a inflexão do cenário externo causada pela crise de 2008 trouxe à tona novamente a restrição e a vulnerabilidade externas das economias latino-americanas – ainda que de modo menos agudo, em comparação com aquelas décadas, graças ao acúmulo de reservas propiciado pelo *boom*. Apesar de as políticas anticíclicas da China e dos próprios países latino-americanos terem contido os impactos mais imediatos da crise sobre estes países, a dinâmica expansiva da economia latino-americana foi obstada, a partir de 2011, pela desaceleração chinesa e o consequente fim do *boom* das *commodities*, bem como pelo aprofundamento da crise na Zona do Euro (Carcanholo e Saludjian, 2013; Corsi, dos Santos e Camargo, 2019). A tabela 1, abaixo, atesta o esgotamento desse ciclo expansivo da economia latino-americana.

---

<sup>6</sup> O aumento da presença econômica chinesa na América Latina foi acompanhado, ainda, por um estreitamento dos laços diplomático-institucionais da China com os países latino-americanos, por meios como: a negociação e assinatura de acordos bilaterais de livre-comércio; a publicação de dois “livros brancos”, em 2008 e 2016, delineando a política externa oficial da China para a América Latina; a criação do Fórum China-Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), em 2014; e a extensão formal da BRI para o subcontinente, em 2018. Cf., por exemplo, Abrão (2023), Hiratuka (2018), Jenkins (2022), Pautasso *et al.* (2020), Santos, Camoça e Rodrigues (2020), Slipak (2022), Telias (2020).

<sup>7</sup> Geograficamente, o México localiza-se na América do Norte. Contudo, julga-se mais pertinente, analiticamente, situar o México na América Central, pois entende-se que o país, por suas características econômicas, culturais e históricas, pertence à América Latina, luso-hispânica e subdesenvolvida, e não à América de Norte, anglo-saxã e desenvolvida. A localização centro-americana do México também figura no Atlas da Complexidade e no *National Bureau of Statistics of China* (NBS).

**Tabela 1:****América Latina e Caribe – crescimento percentual do PIB e das exportações e saldo de transações correntes em porcentagem do PIB**

| <b>Ano</b> | <b>PIB</b> | <b>Exportações</b> | <b>Transações correntes</b> |
|------------|------------|--------------------|-----------------------------|
| 2008       | 3,9        | 0,4                | -1,1                        |
| 2009       | -2,2       | -8,1               | -0,9                        |
| 2010       | 6,1        | 13,2               | -2,1                        |
| 2011       | 4,5        | 6,8                | -2,1                        |
| 2012       | 2,8        | 3,5                | -2,6                        |
| 2013       | 2,8        | 2,2                | -2,9                        |
| 2014       | 1,2        | 2,2                | -3,1                        |
| 2015       | 0,0        | 4,1                | -3,4                        |
| 2016       | -1,1       | 2,2                | -2,1                        |
| 2017       | 1,3        | 3,5                | -1,7                        |

Fonte: CEPAL (s/d) (elaboração própria)

Ademais, Medeiros e Cintra (2015) frisam que, como contrapartida do “efeito demanda” da China sobre as exportações – e, por intermédio destas, sobre o crescimento e a restrição externa – da América Latina, houve também um pernicioso “efeito estrutura”, qual seja, o acirramento da concorrência das exportações chinesas, mais competitivas, com a produção industrial do subcontinente, seja a produção voltada para os respectivos mercados nacionais ou para exportação para outros mercados latino-americanos. Ainda segundo Medeiros e Cintra (2015), a predominância de um ou outro efeito relaciona-se ao grau de complementariedade ou rivalidade entre as pautas exportadoras da China e de cada país latino-americano, sendo a rivalidade maior no caso do México, devido aos fatores já explicitados. Todavia, as indústrias sul-americanas também são afetadas pelo efeito estrutura, e este, após 2008, adquiriu maior incidência em toda a América Latina. O efeito estrutura é particularmente danoso quando atinge setores tradicionais, trabalho-intensivos, como o de têxteis e vestuário, nos países menos industrializados do subcontinente, recrudescendo a vulnerabilidade externa de tais países, ao torná-los mais dependentes da exportação de *commodities*. Por conseguinte, o comércio com a China foi um fator adicional na conformação de uma divisão regional do trabalho no interior da América do Sul, subsequentemente à reestruturação global do capital. Sob esta divisão, a produção manufatureira da região – e, sobretudo, as franjas de maior conteúdo tecnológico da indústria manufatureira sul-americana – fica concentrada em países como Brasil e Argentina (Carcanholo e Saludjian, 2013; Medeiros e Cintra, 2015). Assim, a intensificação das relações econômicas China-América Latina tem conservado, ao invés de modificar, as tendências estruturais gerais resultantes da inserção internacional das economias latino-americanas engendrada pela reestruturação global do capital.

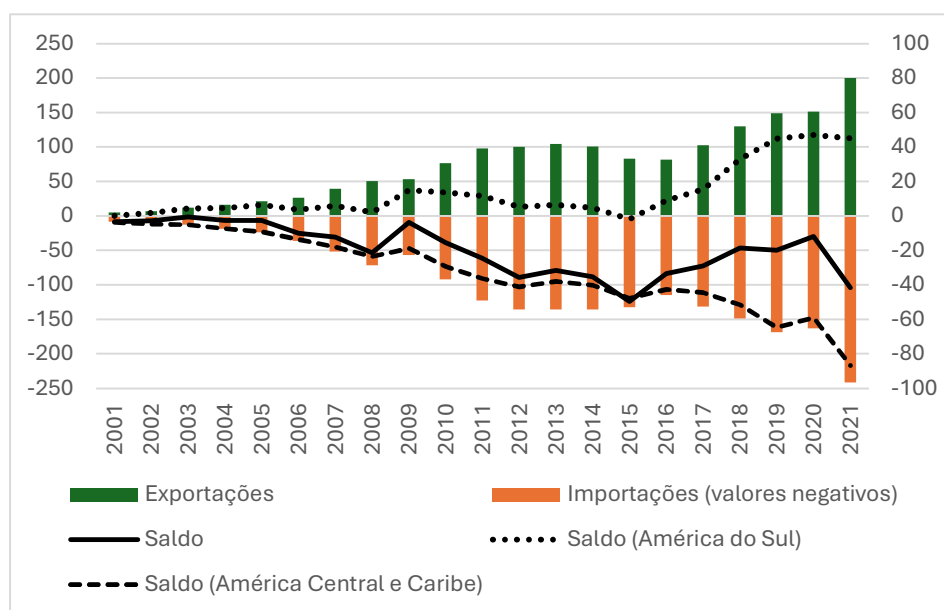
## O comércio bilateral China-América Latina

A presente seção utiliza dados do Atlas da Complexidade Econômica referentes ao período de 2001 – ano de início do século corrente e de ingresso da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) – a 2021 – último ano para o qual há dados disponíveis no Atlas. Optou-se por esta fonte em razão da grande facilidade de acesso e tratamento dos dados do Atlas e do procedimento ao qual os elaboradores do Atlas submetem estes dados – coletados da Base de Dados Estatísticos de Comércio de Mercadorias das Nações Unidas (*United Nations Commodity Trade Statistics Database*, UN Comtrade) – a fim de remediar as inconsistências existentes entre informações reportadas pelas economias exportadoras e importadoras acerca das mesmas transações comerciais.

Segundo os dados, os fluxos comerciais China-América Latina têm crescido de maneira consistente no curso do século XXI. Entre 2001 e 2021, as exportações latino-americanas e caribenhas para a China cresceram 40 vezes, de US\$ 4,9 bilhões para US\$ 199,7 bilhões, enquanto as exportações chinesas para a América Latina e Caribe cresceram 28 vezes, de US\$ 8,4 bilhões para US\$ 241,5 bilhões. A participação chinesa no comércio latino-americano e caribenho aumentou de 1,4% para 15,6% das exportações e de 2,4% para 18,9% das importações (Atlas..., s/d). O gráfico 1, abaixo, tange a balança do comércio latino-americano e caribenho com a China. De 2001 a 2021, o saldo do comércio chinês com a América do Sul foi sempre favorável a esta última, exceto em 2015, ano em que a China obteve um pequeno *superávit*, de US\$ 1,8 bilhão, no comércio com a América do Sul. Em contrapartida, o saldo do comércio centro-americano e caribenho com a China foi deficitário para a América Central e Caribenha durante todo o período analisado, e os *déficits* do comércio desta subregião latino-americana com a China ultrapassaram recorrentemente os *superávits* do comércio sul-americano com a China, de modo que, para o subcontinente latino-americano e caribenho como um todo, o saldo comercial com a China tem se tornado cada vez mais desfavorável. O *déficit* latino-americano e caribenho com a China saltou de US\$ 3,7 bilhões para US\$ 41,7 bilhões – um valor quase 11 vezes maior – apesar da trajetória de redução deste *déficit* observada de 2016 a 2020.

**Gráfico 1:**

**América Latina e Caribe – exportações anuais totais para China e importações anuais totais da China (escala esquerda) e saldo da balança comercial com a China (escala direita) (US\$ bilhões)**



Fonte: Altas... (s/d) (elaboração própria)

No Atlas da Complexidade, os dados de composição das pautas de comércio são organizados de acordo com duas classificações: o Sistema Harmonizado, edição de 1992; e a Classificação Padrão do Comércio Internacional (*Standard International Trade Classification*, SITC), revisão 2, de 1975. A seguir, analisa-se a composição das pautas comerciais China-América Latina com base nas dez grandes categorias da SITC, a saber: alimentos e animais vivos, principalmente para alimentação (SITC 0); bebidas e tabaco (SITC 1); materiais crus não comestíveis, exceto combustíveis (SITC 2); combustíveis minerais, lubrificantes e materiais relacionados (SITC 3); óleos, gorduras e ceras animais e vegetais (SITC 4); produtos químicos e relacionados (SITC 5); bens manufaturados classificados principalmente por material (SITC 6); maquinários e equipamentos de transporte (SITC 7); artigos manufaturados diversos (SITC 8); e mercadorias e transações não especificadas em outras categorias (SITC 9). Evidentemente, categorias menos agregadas permitiriam a obtenção de resultados mais precisos. Porém, não há dúvida de que as categorias 0 a 4 abrangem produtos primários, e produtos industrializados intensivos em recursos naturais e pouco processados – como é o caso de muitos alimentos e bebidas –, ao contrário dos produtos das categorias 5 a 8, que – em maior ou menor medida – possuem grau de processamento bem mais elevado. As grandes categorias da SITC são, portanto, suficientes para os propósitos do presente artigo, ainda que, por vezes, essas categorias possam agregar produtos muito heterogêneos. A categoria 8, por exemplo, engloba de

vestuário e calçados a equipamentos óticos e fotográficos sofisticados, entre outros equipamentos intensivos em tecnologia, inclusive, de utilidade médica e científica.<sup>8</sup>

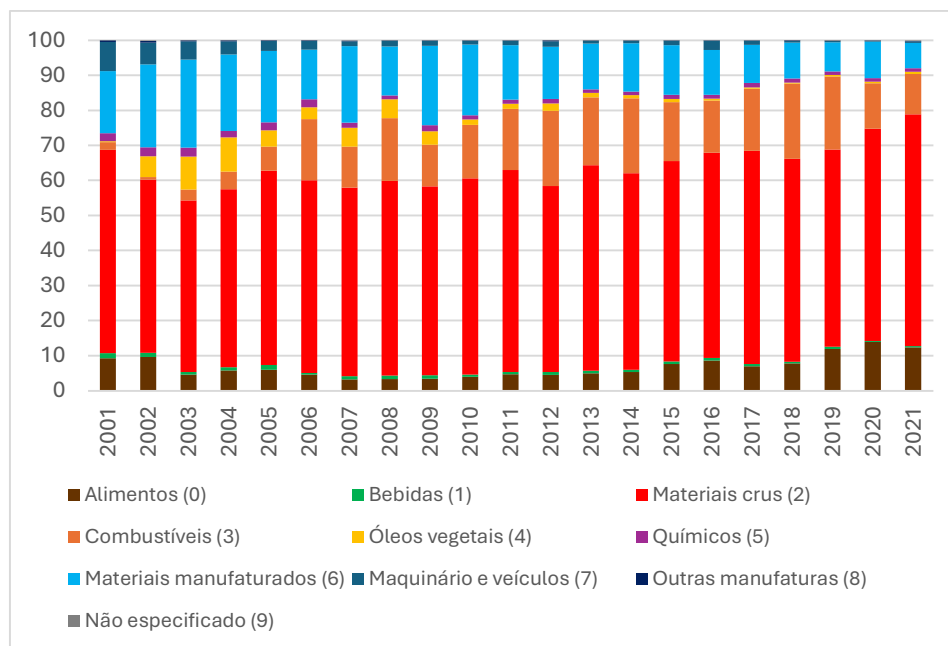
A assimetria setorial das pautas de exportação e importação do comércio China-América do Sul constata-se nos gráficos 2 e 3, abaixo. As exportações sul-americanas para a China são muito concentradas em materiais não-processados da categoria 3, em particular, soja e minérios de ferro e de cobre (Atlas..., s/d). Esta categoria abarca mais de metade do valor das exportações sul-americanas para a China em todos os anos analisados, à exceção de 2002 e 2013, e mais de 60% em 2017, 2020 e 2021, chegando a responder 66,2% neste último ano. As cinco primeiras categorias – representativas de uma pauta primário-exportadora – somam mais de 70% das exportações sul-americanas para a China em 19 dos 21 anos analisados, mais de 80% em 12 destes anos, e mais de 90% em dois anos, descrevendo uma trajetória crescente ao longo do período. A parcela das exportações sul-americanas de maquinário e veículos para a China foi a que mais caiu, de 8,4% para 0,4% do total. Mesmo a parcela de materiais manufaturados – parcela pela qual o cobre parcialmente processado é, em grande medida, responsável (Atlas..., s/d) – reduziu-se de 17,7% para 7,2% do valor anual exportado pela América do Sul para a China. Já nas exportações chinesas para a América do Sul, a categoria predominante é a de maquinário e veículos, que responde por mais de 35% do total anual, entre 2001 e 2004, e mais de 40%, de 2005 em diante. Só as categorias 7 e 8 somam 60,4% a 68,9% das exportações anuais chinesas para a América do Sul, enquanto as categorias 0 a 4 não ultrapassam 9,2% e se reduzem a menos de 2% ao final do período analisado. O comércio China-América do Sul possui, portanto, um iniludível caráter intersetorial – isto é, marcado pela troca de produtos primários por manufaturas –, caráter este que, aliás, tem se exasperado cada vez mais, mesmo após o fim do *boom* das *commodities*.

---

<sup>8</sup> Para mais informações a respeito da SITC, cf. ONU (1975).

**Gráfico 2:**

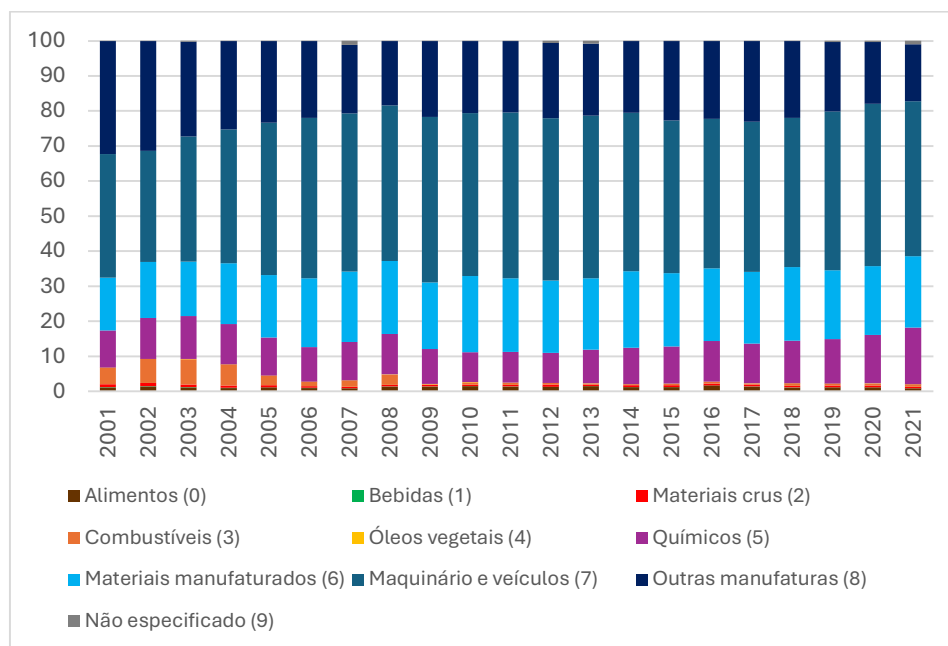
**Exportações sul-americanas para a China por grandes categorias da SITC, em porcentagem do total**



Fonte: Altas... (s/d) (elaboração própria)

**Gráfico 3:**

**Exportações chinesas para a América do Sul por grandes categorias da SITC, em porcentagem do total**



Fonte: Altas... (s/d) (elaboração própria)

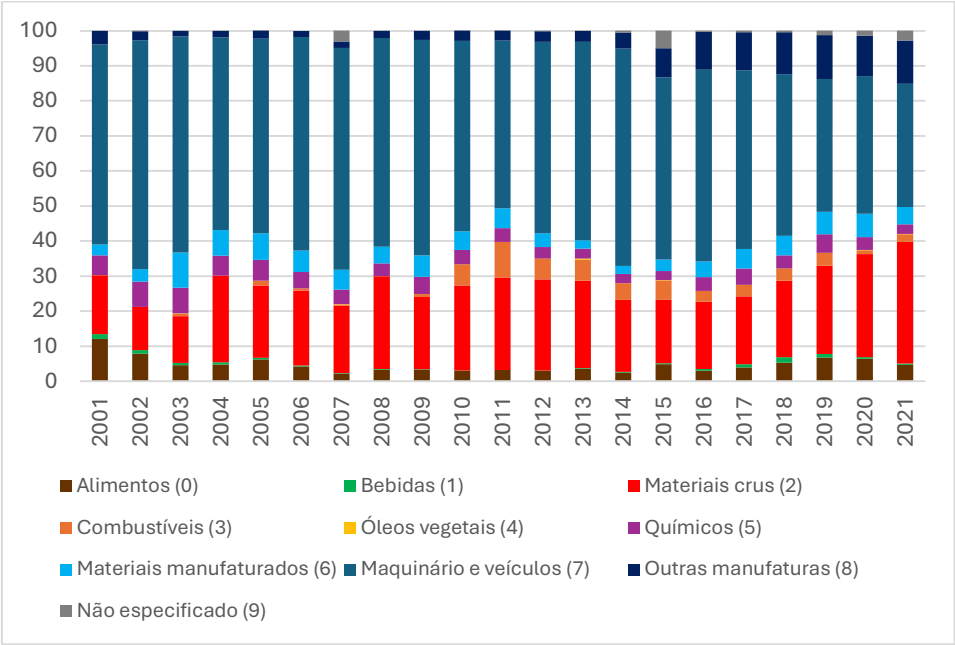
À primeira vista, o comércio centro-americano e caribenho com a China difere do sul-americano no que diz respeito à composição das pautas de exportação e importação, como se vê nos gráficos 4 e 5, abaixo. Em ambas as direções do fluxo comercial chinês com a América Central e o Caribe, a categoria mais relevante é a de maquinário e veículos, respondendo, em média, por 53,9% das exportações anuais desta subregião da América Latina para a China e por 44,3% das exportações anuais chinesas para a subregião, no período de 2001 a 2021. Porém, a esmagadora maioria das exportações centro-americanas e caribenhas de maquinário e veículos – US\$ 6,6 bilhões, de um total de US\$ em 6,9 bilhões, em 2021 – e de bens manufaturados da categoria 8 – US\$ 1,6 bilhão, de um total de US\$ 2,4 bilhões, no mesmo ano – advêm exclusivamente do México, país que respondia por mais de 80% das exportações da América Central e Caribe para a China, ao final do período analisado. Outros países desta subregião latino-americana nos quais as categorias 7 e 8 da SITC representam parte significativa das exportações para a China – Barbados, Costa Rica, El Salvador, Haiti, Honduras, entre outros – somam pouco mais de US\$ 2 bilhões, ou 10%, das exportações centro-americanas e caribenhas para a China. Nos demais países da subregião, as exportações para a China situam-se mais nas categorias 0, 1, 2, 3 e 6, que compreendem alimentos e matérias-primas em graus variados de processamento (Atlas..., s/d).

A despeito do peso de maquinário e veículos na pauta das exportações centro-americanas e caribenhas para a China, nota-se que esta pauta também se primarizou no decorrer do período, sobretudo, em razão do crescimento da categoria de materiais crus, de 16,8% das exportações anuais da América Central e Caribe para a China, em 2001, para 34,7%, em 2021, embora este percentual tenha oscilado bastante no período. Dentre os produtos de tal categoria fornecidos à China por esta subregião da América Latina, destacam-se minerais metálicos variados (Atlas..., s/d). Ao todo, as exportações centro-americanas e caribenhas de produtos das cinco primeiras categorias da SITC saltaram para 42% do total anual, após terem se reduzido à mínima do período, de 19,3%, em 2003. Já a categoria de maquinário e veículos encolheu de 57,1%, em 2001, para 35,17%, em 2021, tendo atingido a máxima de 65,3% em 2002. Somadas, as participações das categorias 7 e 8 nas exportações dessa subregião para a China diminuíram de 60,9% do total anual, em 2001, para 47,5%, em 2021. Em contrapartida, as exportações chinesas de bens das duas categorias para a América Central e o Caribe aumentaram de 65,5% do total anual exportado pela China para a subregião, em 2001, para 70,1%, em 2021, tendo superado os 74%, em 2019.

Portanto, a expansão do comércio China-América Latina acentuou a assimetria setorial deste comércio, mesmo nessa região central do subcontinente latino-americano. Ademais, a faceta de intrassetorialidade do comércio China-América Central e Caribe deve ser compreendida à luz dos crescentes *déficits* comerciais da região com o país, retratados no gráfico 3, acima. Em 2021, só o *déficit* comercial mexicano com a China foi de US\$ 63,6 bilhões, *déficit* este que excede em US\$

21,9 bilhões o *déficit* latino-americano com a China e equivale a 73,3% do *déficit* da América Central e Caribe com este país (Atlas..., s/d).

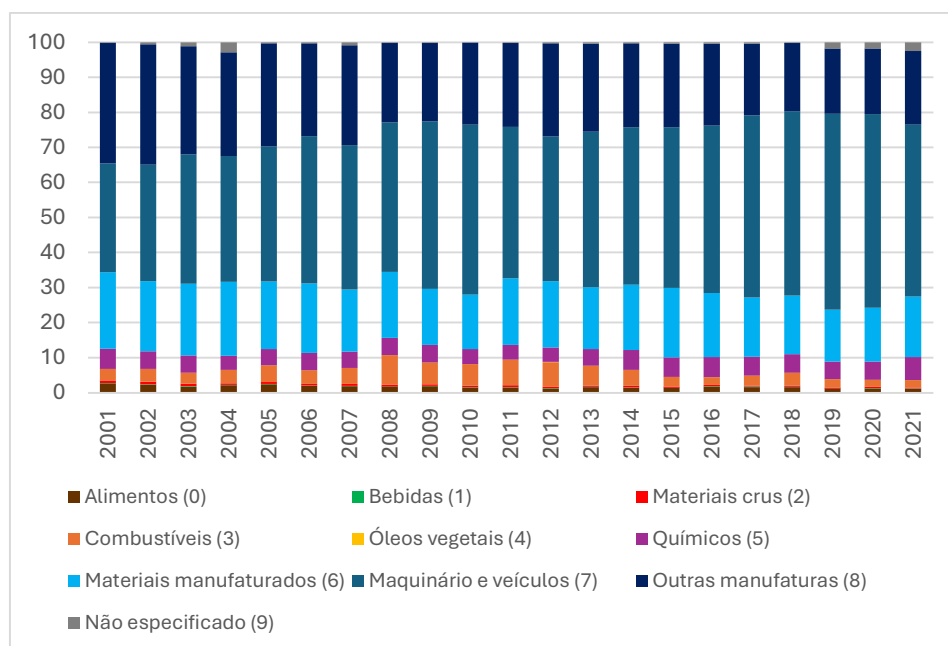
**Gráfico 4:**  
**Exportações centro-americanas e caribenhas para a China por grandes categorias da SITC,**  
**em porcentagem do total**



Fonte: Altas... (s/d) (elaboração própria)

**Gráfico 5:**

**Exportações chinesas para a América Central e Caribe por grandes categorias da SITC, em percentagem do total**



Fonte: Altas... (s/d) (elaboração própria)

A assimetria setorial do comércio China-América Latina, largamente estabelecida na literatura (Borghi, 2020; Carcanholo e Saludjian, 2013; Hiratuka, 2018; Medeiros e Cintra, 2015), combina-se à assimetria concernente às participações desiguais da América Latina no comércio exterior chinês, por um lado, e da China no comércio exterior latino-americano, por outro. Neste sentido, a América Latina depende mais da China do que esta depende daquela. A esta desigualdade no plano da América Latina como um todo, soma-se ainda a desigualdade entre o peso de cada país latino-americano nas exportações e importações chinesas de e para a região (Santos, Camoça e Rodrigues, 2020).

### **Investimentos diretos chineses na América Latina**

O estudo dos investimentos diretos da China no exterior é conhecidamente desafiador. No Anuário do *National Bureau of Statistics of China* (NBS) de 2023, a América Latina é a principal receptora destes investimentos fora da Ásia, respondendo por 14,6% dos fluxos de IED emitidos pela China em 2021 e por 24,9% do estoque de investimento direto chinês no mundo no mesmo ano. Em outras palavras, só a América Latina capta mais investimentos diretos da China do que a África, a América do Norte, a Europa e a Oceania somadas (NBS, 2023). Porém, os dados do NBS – assim como os do Ministério do Comércio da China (MOFCOM) – padecem de um problema mencionado amiúde na literatura: a explicitação apenas do destino primário do investimento, destino este que,

muitas vezes, é um paraíso fiscal (Hiratuka, 2018; Jenkins, 2022). Segundo o Anuário, Hong Kong, Ilhas Cayman e Ilhas Virgens Britânicas são responsáveis por mais de 70% dos fluxos e por quase 80% do estoque de investimento direto chinês no exterior. Ademais, Ilhas Cayman e Ilhas Virgens Britânicas aparecem como destino de 94,5% dos fluxos e de 97,6% dos estoques de investimentos diretos chineses na América Latina (NBS, 2023).

Como não é possível chegar a conclusões seguras acerca dos destinos dos investimentos diretos chineses no exterior a partir dos dados do NBS ou do MOFCOM, a presente seção se baseia no relatório de 2024 do *Monitor of Chinese OFDI in Latin America and the Caribbean* (Dussel Peters, 2024b), publicado pela *Red Académica de América Latina y Caribe sobre China (Red ALC-China)*, que produz seus próprios dados por meio de consultas a entidades empresariais, contabilizando investimentos efetivamente realizados, ao invés de apenas anunciados.<sup>9</sup> Os influxos de investimento direto chinês na América Latina são expostos abaixo tal como estão no relatório, que agrupa os anos de 2000 a 2023 em quatro quinquênios – até 2019 – e um quadriênio – de 2020 em diante. Especificamente para o ano de 2021, o *Monitor of OFDI...* calcula um influxo de IED chinês na América Latina de US\$ 12,7 bilhões, quase nove vezes maior que o influxo correspondente – de US\$ 1,43 bilhões – registrado no Anuário do NBS, exclusive os dois paraísos fiscais caribenhos (Dussel Peters, 2024b).

A tabela 2, abaixo, denota um expressivo aumento dos investimentos diretos chineses na América Latina a partir da segunda década do século XXI, em conformidade com o movimento geral de aumento das exportações de capital chinesas, apontado na seção introdutória do presente artigo. De 2010 a 2019, o influxo anual médio de investimento direto chinês no subcontinente foi de cerca de US\$ 12,8 bilhões, sendo a média do quinquênio 2015-2019 superior em quase US\$ 1 bilhão à média do decênio encerrado em 2019. No quadriênio 2020-2023, esse influxo anual médio caiu para US\$ 11,5 bilhões a.a. (ao ano), mantendo um ritmo que ainda excede o de US\$ 8 bilhões a.a., no período 2000-2023 como um todo, e, sobretudo, o de US\$ 1,8 bilhão, no decênio 2000-2009,

---

<sup>9</sup> Neste aspecto, o *Monitor of OFDI...* diferencia-se de outras bases de dados produzidas por fontes não-oficiais, como, por exemplo, o *China Global Investment Tracker (CGIT)*, que contabiliza investimentos anunciados. Além de estes investimentos nem sempre se efetivarem, os dados do CGIT são suscetíveis a variações súbitas, em razão de investimentos que se estendem por períodos prolongados poderem acabar sendo registrados em uma única data, bem como em razão das retificações que se tornam necessárias quando os valores ou as datas de realização dos investimentos discrepam do anunciado. Ademais, o CGIT só registra investimentos superiores a US\$ 100 milhões (Jenkins, 2022), e não distingue entre investimentos diretos – isto é, operações de fusão e aquisição ou de abertura de filiais de empresas chinesas no exterior, ambas as quais implicam a aquisição de ativos estrangeiros por residentes chineses – e investimentos em infraestrutura, nos quais as empresas chinesas atuam como prestadoras de serviços – contratados, geralmente, por meio de licitação – e o ativo resultante do serviço – a infraestrutura – pertence ao contratante, não à empresa chinesa. Esta distinção é estipulada pela *Red ALC-China*, que publica também um *Monitor of Chinese Infrastructure in Latin America and the Caribbean* (Dussel Peters, 2024a), além do *Monitor of OFDI...* Por limitações de espaço, essa segunda modalidade de investimento chinês na América Latina não é analisada no presente artigo. Sobre a metodologia dos relatórios da *Red ALC-China* e as discrepâncias entre os dados desta e de outras fontes, cf. Dussel Peters (2024c).

mal ultrapassando US\$ 0,5 bilhão no quinquênio 2000-2004.<sup>10</sup> Além do fluxo anual médio investido pela China no subcontinente, a participação chinesa nos influxos totais de IED da América Latina também cresceu de menos de 1%, no quinquênio 2000-2004, para mais de 10%, no quadriênio 2020-2023. Todavia, esta participação permanece sendo pequena: 89,4% dos influxos de IED na América Latina ainda se origina de outras fontes que não a China, como assinala Dussel Peters (2024b).

**Tabela 2:**  
**Investimentos diretos chineses na América Latina, 2000-2023**

| <b>Período</b> | <b>Influxo chinês<br/>(US\$ bilhões)<br/>(I)</b> | <b>(I) em % do<br/>influxo regional<br/>total de IED</b> | <b>(I) em %<br/>do PIB<br/>regional</b> | <b>(I) em % da<br/>formação bruta de<br/>capital fixo<br/>regional</b> |
|----------------|--------------------------------------------------|----------------------------------------------------------|-----------------------------------------|------------------------------------------------------------------------|
| 2000-2004      | 2,6                                              | 0,8                                                      | 0,0                                     | 0,1                                                                    |
| 2005-2009      | 16,4                                             | 3,3                                                      | 0,1                                     | 0,4                                                                    |
| 2010-2014      | 59,3                                             | 6,5                                                      | 0,2                                     | 0,9                                                                    |
| 2015-2019      | 68,6                                             | 6,9                                                      | 0,2                                     | 1,0                                                                    |
| 2020-2023      | 46,2                                             | 10,6                                                     | 0,3                                     | --                                                                     |
| 2000-2023      | 193,2                                            | 6,6                                                      | 0,2                                     | 1,0                                                                    |

Fonte: adaptado de Dussel Peters (2024b), p. 4

A proporção na qual os investimentos diretos chineses no subcontinente dividem-se em *greenfield* e *brownfield* encontra-se na tabela 3, abaixo, na qual se observa que as fusões e aquisições – ou investimentos *brownfield* – mobilizaram um capital maior do que as operações *greenfield*, apesar de terem sido menos numerosas. Ademais, estas últimas concentraram-se no primeiro quinquênio do período 2000-2023. Nos três quinquênios subsequentes, houve um declínio progressivo do percentual de investimentos *greenfield*, seja na quantidade de transações, seja no valor total investido, muito embora tais percentuais tenham apresentado uma retomada a partir de 2020.

<sup>10</sup> Segundo Hiratuka (2018), os fluxos de investimento direto chinês na América Latina foram atípicos em 2010 por causa dos investimentos de monta das petroleiras chinesas Sinopec – US\$ 7,1 bilhões –, no Brasil, China National Petroleum Corporation (CNPC) – US\$ 4,5 bilhões –, em Cuba, e China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) – US\$ 3,1 bilhões – na Argentina.

**Tabela 3:**  
**Percentual *greenfield* e *brownfield* dos investimentos diretos chineses na América Latina, 2000-2023**

| <b>Período</b> | <b><i>Bronwfield</i><br/>(transações)</b> | <b><i>Brownfield</i><br/>(valores)</b> | <b><i>Greenfield</i><br/>(transações)</b> | <b><i>Greenfield</i><br/>(valores)</b> |
|----------------|-------------------------------------------|----------------------------------------|-------------------------------------------|----------------------------------------|
| 2000-2004      | 14,3                                      | 20,8                                   | 85,7                                      | 79,2                                   |
| 2005-2009      | 45,2                                      | 57,1                                   | 54,8                                      | 42,9                                   |
| 2010-2014      | 35,7                                      | 75,5                                   | 64,3                                      | 24,5                                   |
| 2015-2019      | 44,9                                      | 76,9                                   | 55,1                                      | 23,1                                   |
| 2020-2023      | 36,9                                      | 54,6                                   | 63,1                                      | 45,4                                   |
| 2000-2023      | 40,1                                      | 68,7                                   | 59,9                                      | 31,3                                   |

Fonte: adaptado de Dussel Peters (2024b), p. 6

O Brasil é, de longe, o maior receptor de IED chinês na América Latina, tendo captado cerca de um terço de todo o influxo de IED chinês no subcontinente, entre 2000 e 2023, e mais de 43% da parcela deste influxo efetuada no quinquênio 2010-2014. No entanto, os influxos de investimento direto chinês no Brasil têm caído nos últimos anos. Dussel Peters (2024b)] ressalta que os destinos dos investimentos diretos chineses na América Latina têm se diversificado, em benefício de países como Peru, Argentina, México e Chile, que foram, nesta ordem, os principais receptores de tais investimentos entre 2000 e 2023, depois do Brasil, como se lê na tabela 4, abaixo.

**Tabela 4:**  
**Investimentos diretos chineses por subregião da América Latina e em países selecionados, 2000-2023 (US\$ bilhões)**

| <b>Destino</b>           | <b>2000-<br/>2004</b> | <b>2005-<br/>2009</b> | <b>2010-<br/>2014</b> | <b>2015-<br/>2019</b> | <b>2020-<br/>2023</b> | <b>2000-<br/>2023</b> |
|--------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| América Latina           | 2,6                   | 16,4                  | 59,3                  | 68,6                  | 46,2                  | 193,2                 |
| América do Sul           | 2,1                   | 15,8                  | 53,1                  | 53,2                  | 36,5                  | 160,8                 |
| Argentina                | 0,0                   | 0,0                   | 10,4                  | 3,0                   | 10,4                  | 23,8                  |
| Brasil                   | 1,6                   | 0,7                   | 25,8                  | 21,9                  | 15,6                  | 65,6                  |
| Chile                    | 0,0                   | 2,7                   | 0,6                   | 13,2                  | 4,0                   | 20,6                  |
| Colômbia                 | 0,3                   | 2,3                   | 1,4                   | 1,6                   | 0,8                   | 6,4                   |
| Peru                     | 0,0                   | 4,8                   | 11,1                  | 10,6                  | 5,2                   | 31,8                  |
| Venezuela                | 0,0                   | 0,3                   | 2,0                   | 0,8                   | 0,0                   | 3,2                   |
| América Central e Caribe | 0,5                   | 0,6                   | 6,2                   | 15,4                  | 9,7                   | 32,4                  |
| México                   | 0,5                   | 0,6                   | 1,6                   | 12,8                  | 6,9                   | 22,5                  |

Fonte: adaptado de Dussel Peters (2024b), p. 7

Os investimentos diretos chineses na América Latina concentram-se nos setores de energia e de metais e minerais, embora tenha havido uma diversificação setorial de tais investimentos ao longo do tempo, diversificação esta perceptível na tabela 5, abaixo. De 2000 a 2020, os dois setores

captaram, juntos, mais de dois terços do influxo de IED chinês no subcontinente. Contudo, a participação do setor mineral e metálico em tal influxo reduziu-se a patamares próximos de 35% no quinquênio 2010-2014 e no quadriênio 2020-2023 – chegando à mínima de 20,7%, no quinquênio 2015-2019 –, apesar de só este setor ter sido responsável por mais de dois terços do IED chinês na América Latina, entre 2000 e 2004, e por mais de 80%, entre 2005 e 2009. Por outro lado, o setor energético tem adquirido grande relevância nos influxos de IED chinês na América Latina desde 2010. Assim, a parcela dos investimentos diretos chineses no subcontinente destinada a este setor aumentou de 10,3%, no quinquênio 2005-2009, para quase 40%, no quinquênio 2015-2019 e no quadriênio 2020-2023.

**Tabela 5:**

**Investimentos diretos chineses na América Latina por setor, em porcentagem do total, 2000-2023**

| Setor                  | 2000-2004 | 2005-2009 | 2010-2014 | 2015-2019 | 2020-2023 | 2000-2023 |
|------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Automóveis e autopeças | 0,0       | 1,6       | 2,0       | 8,0       | 12,2      | 6,6       |
| Eletrônicos            | 0,0       | 1,2       | 3,9       | 10,3      | 0,7       | 5,1       |
| Energia                | 0,0       | 10,3      | 32,5      | 39,2      | 39,1      | 34,2      |
| Financeiro             | 0,0       | 0,7       | 4,9       | 3,3       | 0,8       | 2,9       |
| Metais e mineração     | 67,3      | 81,4      | 35,0      | 20,7      | 34,2      | 34,1      |
| Transporte             | 0,0       | 0,0       | 0,0       | 0,7       | 0,0       | 0,3       |
| Outros                 | 32,7      | 4,8       | 21,7      | 17,8      | 13,0      | 16,8      |
| Total                  | 100,0     | 100,0     | 100,0     | 100,0     | 100,0     | 100,0     |

Fonte: adaptado de Dussel Peters (2024b), p. 9

Dussel Peters (2024b) e Slipak (2022) asseveram, ainda, que os investimentos chineses no setor energético latino-americano concentravam-se, até 2015, em hidrocarbonetos, tendo havido, desde então, um redirecionamento paulatino dos novos investimentos chineses neste setor da economia latino-americana em favor de fontes de energia não-fósseis. Tal redirecionamento sugere que a inflexão ascendente dos investimentos chineses na América Latina, a partir de 2010, acarretou uma também uma redefinição parcial dos objetivos destes investimentos. Até então, o objetivo primordial era satisfazer a demanda de recursos naturais suscitada pelo rápido progresso da industrialização e urbanização chinesas, nos anos 1990 e 2000, conforme visto acima. Embora este objetivo permaneça sendo importante, os investimentos diretos da China no subcontinente parecem estar cada vez mais adquirindo finalidades novas, como a ocupação do mercado interno latino-americano pelo capital chinês. Um exemplo de movimentação neste sentido é o da State Grid Corporation, estatal chinesa que é também a maior empresa do ramo de geração e distribuição de energia elétrica no mundo e, em 2017, comprou a concessionária brasileira CPFL Energia por US\$

14 bilhões (Chinesa..., 2017). “A State Grid chegou ao mercado brasileiro em 2010, com aquisições no setor de transmissão de energia que somaram quase US\$ 1 bilhão, e tem investido fortemente no país desde então” (Chinesa..., 2017; s.p.).

Ainda segundo Dussel Peters (2024b), a China dispendeu US\$ 6,7 bilhões em investimentos diretos no setor eletrônico e US\$ 5,5 bilhões no setor automotivo da economia mexicana entre 2015 e 2023. Por conseguinte, o México recebeu cerca de 91% do influxo de IED chinês na indústria eletrônica latino-americana, e 46,2%, na indústria automotiva, durante esses nove anos, e as duas indústrias foram responsáveis por aproximadamente 61,9% de todo o IED chinês no México entre 2015 e 2023. A estratégia chinesa de investimento no México tem sido condizente com as características da inserção deste país na divisão internacional do trabalho destacadas nas seções anteriores. Neste sentido, tais investimentos também demonstram a diversificação dos objetivos do IED chinês na América Latina sublinhada logo acima.

## **Considerações finais**

As reformas econômicas chinesas, encetadas a partir de 1978, possibilitaram a transformação da China em um ator de peso na economia e no sistema interestatal mundial, pondo em questão a natureza das relações que a China estabelece com outros países ditos “em desenvolvimento”. No intuito de contribuir para a dilucidação de tal natureza, o presente artigo tomou a América Latina como objeto de um estudo de caso, tratando de analisar os fluxos bilaterais de comércio China-América Latina e os influxos de IED chinês na América Latina no primeiro quartel do século XXI. Ambos os fluxos têm crescido continuamente neste período, no qual a China passou a exercer uma forte gravitação econômica sobre a América Latina – em especial, sobre a porção sul-americana do subcontinente –, em decorrência do *boom* das *commodities* dos anos 2000. Sob o esquema Chinamérica, o acelerado crescimento econômico chinês e o consequente avanço dos processos de industrialização e urbanização da China agigantaram a demanda mundial por *commodities*, impulsionando também o crescimento das economias latino-americanas, pelo canal das exportações. Entretanto, as indústrias latino-americanas sofreram com o aumento da penetração das manufaturas chinesas, mais competitivas, nos mercados do subcontinente, e o bom desempenho macroeconômico logrado pela América Latina na primeira década do século não pôde ser sustentado depois que a desaceleração chinesa e o alastramento da crise de 2008 para a Zona do Euro puseram fim ao *boom* das *commodities*.

O saldo e a composição da pauta do comércio China-América Latina sinalizam a existência de padrões distintos na América do Sul e na América Central e Caribenha. Apesar de a América do Sul ser superavitária no comércio com a China, a pauta do comércio China-América do Sul

caracteriza-se por uma profunda assimetria setorial, mais bem típica de relações centro-periféricas. Entre 2001 e 2021, a participação das cinco primeiras categorias da SITC nas exportações sul-americanas para a China se elevou de 71% para 91%, aproximadamente. Já a participação destas categorias nas exportações chinesas para a América do Sul caiu de pouco mais de 6% para menos de 2%. Já as pautas de exportação e importação do comércio centro-americano e caribenho com a China apresentam uma composição setorial bem menos assimétrica, em comparação com as pautas do comércio sul-americano com a China. Em contrapartida, os *déficits* comerciais da América Central e Caribe com a China são crônicos, e a magnitude destes *déficits* excede a dos *superávits* sul-americanos com o país, de modo que, para a América Latina como um todo, o comércio com a China torna-se deficitário. Ademais, o comércio centro-americano e caribenho com a China também experimentou uma primarização, a despeito dessa menor assimetria. No período analisado, a parcela das cinco primeiras categorias da SITC nas exportações centro-americanas e caribenhas para a China aumentou de cerca de 30% para 42%, enquanto a parcela das mesmas categorias nas exportações chinesas para a América Central e Caribe caiu de 6,7% para 3,6%.

A partir de 2010, houve uma notável inflexão ascendente dos influxos de IED chinês na América Latina, que é consonante com o movimento global de expansão das exportações de capital chinesas posterior a 2008. Constata-se também uma ligeira diversificação dos países e setores de destino dos investimentos diretos da China no subcontinente latino-americano. Ainda assim, tais investimentos mantiveram-se muito concentrados na América do Sul – que captou 83,2% dos investimentos diretos chineses no subcontinente entre 2000 e 2023 –, e, em particular, no Brasil – que responde por cerca de um terço do IED chinês na América Latina, e por 40,8% do IED chinês na América do Sul, no período compreendido pelo *Monitor of OFDI...* Do ponto de vista setorial, minerais e metais e energia foram responsáveis por mais de dois terços do influxo total de IED chinês na América Latina nos anos de 2000 a 2023. Neste sentido, os investimentos chineses no subcontinente obedecem à mesma lógica tipicamente centro-periférica a que prevalece nas relações comerciais China-América Latina, muito embora a diversificação incipiente dos setores de destino destes investimentos sugira que tais investimentos têm adquirido outros objetivos além do mero abastecimento de recursos naturais da China. Em que pese essa diversificação, tanto o IED chinês na América Latina quanto o comércio entre a China e os países latino-americanos ainda parecem ensejar mais a reprodução e a perpetuação do que a alteração da atual inserção periférica destes países na divisão internacional do trabalho, ao menos, por ora.

## Referências

The ATLAS OF ECONOMIC COMPLEXITY. Disponível em: <<https://atlas.cid.harvard.edu/>>. [Acesso em: 31/10/2024]

ABRÃO, Rafael Almeida Ferreira. The Belt and Road Initiative and China Latin America Relations. *Mural Internacional*, v. 14, 2023. DOI: 10.12957/rmi.2023.74301

BORGHI, Roberto Alexandre Zanchetta. China's Trade Specialization Pattern with Latin American and African Economies: Revisiting the Core-Periphery Dichotomy. *Tempo do Mundo*, n. 24, p. 27-52, dez. 2020

CARCANHOLO, Marcelo Días; SALUDJIAN, Alexis. Integración latinoamericana, dependencia de China y sub-imperialismo brasileño en América Latina. *Mundo Siglo XXI*, n. 29, v. VIII, p. 43-62, jan.-abr. 2013

CHINESE State Grid acquire controle acionário da CPFL Energia. *G1*, 24 jan. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/chinese-state-grid-acquire-controle-acionario-da-cpfl-energia.ghtml>>. [Acesso em: 24/03/2025]

CINTRA, Marcos Antonio Macedo; PINTO, Eduardo Costa. China em transformação. *Revista de Economia Política*, v. 37, n. 2 (147), p. 381-400, abr.-jun. 2017

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). *Cepalstat*. Disponível em: <<https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/>>. [Acesso em: 24/03/2025]

CORSI, Francisco Luiz; dos SANTOS, Agnaldo; CAMARGO, José Marangoni. Latin America: Commodities Cycle and the Crisis of Global Capitalism/A América Latina: ciclo de commodities e crise do capitalismo global. *Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations/Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v. 8., n. 15, jan.-jun. 2019. DOI: 10.22456/2238-6912.89388.

DUSSEL PETERS, Enrique. *Monitor of China Infrastructure in Latin America and the 2024*. 2024a. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/382719053\\_MONITOR\\_OF\\_CHINESE\\_INFRASTRUCTURE\\_IN\\_LATIN\\_AMERICA\\_AND\\_THE\\_CARIBBEAN\\_2024](https://www.researchgate.net/publication/382719053_MONITOR_OF_CHINESE_INFRASTRUCTURE_IN_LATIN_AMERICA_AND_THE_CARIBBEAN_2024)>. [Acesso em: 24/03/2025]

DUSSEL PETERS, Enrique. *Monitor of China OFDI in Latin America and the Caribbean 2024*. 2024b. <[https://www.researchgate.net/publication/380818379\\_Monitor\\_of\\_Chinese\\_OFDI\\_in\\_Latin\\_America\\_and\\_the\\_Caribbean\\_2024](https://www.researchgate.net/publication/380818379_Monitor_of_Chinese_OFDI_in_Latin_America_and_the_Caribbean_2024)>. [Acesso em: 24/03/2025]

DUSSEL PETERS, Enrique. *Relações econômicas entre China e América Latina: balanço e perspectivas*. Palestra proferida no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-Unicamp), 15 out. 2024. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=oCeukpd6kyY>>. [Acesso em: 24/03/2025]

GREEN, Mark A. China is the Top Trading Partner to More than 120 Countries. *Wilson Center*, 17 jan. 2024. Disponível em: <<https://www.wilsoncenter.org/blog-post/china-top-trading-partner-more-120-countries>>. [Acesso em: 24/03/2025]

HIRATUKA, Celio. Changes in the Chinese Development Strategy After the Global Crisis and its Impacts in Latin America. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 22, n. 1, jan.-abr. 2018. DOI: 10.1590/198055272214.

HUNG, Ho-fung. A ascensão da China, a Ásia e o Sul Global. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 22, n. 1, jan.-abr. 2018. DOI: 10.1590/198055272213.

HUNG, Ho-fung. *Clash of Empires: From “Chimerica” to the “New Cold War”*. Cambridge/Nova Dehli/Nova Iorque/Melbourne/Singapura: Cambridge University Press, 2022.

JENKINS, Rhys. China’s Belt and Road Initiative in Latin America: What Has Changed?. *Journal of Current Chinese Affairs*, v. 51, n. 1, p. 13-39, abr. 2022.

JIMENEA, Adrian; WU, John; TERRIS, Harry. The world’s largest banks by assets, 2024. *S&P Global*, 30 abr. 2024. Disponível em: <<https://www.spglobal.com/market-intelligence/en/news-insights/research/the-worlds-largest-banks-by-assets-2024>>. [Acesso em: 24/03/2025]

LI Xing; BERNAL-MEZA, Raul. China-US Rivalry: A New Cold War or Capitalism’s Intra-Core Competition?. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 64, n. 1, 2021. DOI: 10.1590/0034-7329202100110

LISTA de 2025 da Fortune Global 500 inclui 133 empresas chinesas. *China2Brazil*, 06 ago. 2024. Disponível em: <<https://china2brazil.com.br/lista-de-2024-da-fortune-global-500-inclui-133-empresas-chinesas/>>. [Acesso em: 24/03/2025]

LUCE, Mathias Seibel. *Teoria marxista da dependência: problemas e categorias – uma perspectiva histórica*. São Paulo: Expressão Popular, 2018

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 131-172

MEDEIROS, Carlos Aguiar de; CINTRA, Maria Rita Vital Paganini. Impactos da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos. *Revista de Economia Política*, v. 35, n. 1, p. 28-42, 2015

MERCATANTE, Esteban. *El imperialismo en tiempos de desorden mundial*. Buenos Aires: IPS, 2021

MIYAKAWA, Seiji Seron. *The Rise of China and the Belt and Road Initiative*. 2023. Disponível em: <[https://www.academia.edu/105684247/The\\_rise\\_of\\_China\\_and\\_the\\_Belt\\_and\\_Road\\_Initiative](https://www.academia.edu/105684247/The_rise_of_China_and_the_Belt_and_Road_Initiative)>. [Acesso em: 24/03/2025]

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA (NBS). *China Statistical Yearbook 2023*. 2023. Disponível em: <<https://www.stats.gov.cn/sj/nds/2023/indexeh.htm>>. [Acesso em: 31/10/2024]

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Standard International Trade Classification Revision 2*. Nova Iorque: Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais – Escritório Estatístico, *Statistical Papers*, série M, n. 34/rev. 2, 1975

PAUTASSO, Diego; NOGARA, Thiago Soares; UNGARETTI, Carlos Renato; DORIA, Gaio. A Iniciativa do Cinturão e Rota e os dilemas da América Latina. *Tempo do Mundo*, n. 24, p. 77-106, dez. 2020

PREBISCH, Raúl. *El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas*. 1949. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/da277c35-edee-4405-b8ba-ffe2634bca24/content>>. [Acesso em: 24/03/2025]

PREBISCH, Raúl. *Estudio económico de América Latina, 1949*. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas (ONU) – Departamento de Assuntos Econômicos, E/CN.12/164/Rev.1, 11 jan. 1951

RODRIGUEZ, Octávio. *Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981

SANTOS, Thauan; CAMOÇA, Alana; RODRIGUES, Bernardo Salgado. Relações econômicas entre América Latina e Caribe e China e seus impactos na integração regional (2001-2016). *Tempo do Mundo*, n. 24, p. 107-133, dez. 2020

dos SANTOS, Theotônio. The Structure of Dependence. *The American Economic Review*, v. 60, n. 2, p. 231-236, mai. 1970

SLIPAK, Ariel. A América Latina na estratégia da China. *Instituto Humanitas Unisinos*, 21 fev. 2022. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/616319-a-america-latina-naestrategia-da-china>>. [Acesso em: 24/03/2025]

TELIAS, Diego. Los Foros China-CELAC y China-CEEC (17+1): una mirada desde las teorías del regionalismo. *Tempo do Mundo*, n. 24, p. 225-250, dez. 2020

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). *Foreign direct investment: Inward and outward flows and stock, annual*. 2024. Disponível em: <<https://unctadstat.unctad.org/datacentre/dataviewer/US.FdiFlowsStock>>. Acesso em: 24/03/2025.